

Clipping n° 835

, 21 Julho 2011 - 12:15:43

TRABALHO I O mês de junho registrou a criação de 215.393 empregos, segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) divulgados nesta terça-feira (19) pelo ministro do Trabalho, Carlos Lupi. Foram admitidas 1.781.817 pessoas e demitidas 1.566.424. No mesmo período de 2010, o saldo foi 212 mil empregos e, no mês passado, o saldo foi 252 mil empregos.

TRABALHO II No semestre, o saldo de empregos é 1.414.660, resultado superior ao do primeiro semestre de 2010 (1,63 milhão) e ao do primeiro semestre de 2008 (1,44 milhão). O saldo dos últimos doze meses, de julho de 2010 a junho deste ano, é 2.249.365 empregos. Os dados sofrem ajustes por causa dos empregos declarados ao ministério depois do prazo.

ECONOMIA I O setor de serviços vem garantindo a expansão do emprego nos últimos dez anos e aumentando progressivamente a participação no Produto Interno Bruto (PIB), disse à Agência Brasil o presidente da Confederação Nacional de Serviços (CNS), Luigi Nesse, ao comentar a Pesquisa Mensal de Emprego (PME), divulgada nesta terça-feira (19) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

ECONOMIA II Segundo ele, o setor representa atualmente 69% do PIB e participa com 70% da mão de obra empregada no país. Essa participação vem crescendo nos últimos 20 anos e, nos últimos três, chegou a aumentar 2 pontos percentuais na totalidade do PIB, declarou.

ECONOMIA III Para o presidente da CNS, esta participação pode crescer ainda mais: entre 5% a 10% do PIB. Para isso, defende medidas de desoneração na folha de pagamento das empresas. Há, sem dúvida, a necessidade de que o governo desonere o peso da mão de obra na folha de pagamento das empresas, o que pode aumentar ainda mais a empregabilidade no setor. Nós já estamos trabalhando com o governo, que está empenhado neste sentido. Parece-me que nos próximos dias a presidenta Dilma (Rousseff) vai anunciar alguma coisa. Fonte: Agência Brasil

Ribeirão Preto recebe 6ª Semana de Artes Gráficas, de 25 a 29 de julho

Acontece entre os dias 25 e 29 de julho, em Ribeirão Preto (SP), a sexta edição da Semana de Artes Gráficas (SAG). O evento, que acontece no Dan Inn Hotel (Rua Cel. Luiz da Cunha, 404), conta com seminários e palestras sobre gestão, produção e vendas na área gráfica. A SAG é uma das mais bem sucedidas iniciativas criadas pelo setor gráfico e que este ano foi estendida para diversos estados brasileiros, graças à parceria que a Abigraf Nacional fez com o Sebrae Nacional. O evento conta ainda com a experiência técnica da ABTG e apoio do Sindigraf-SP. As atividades são gratuitas. O evento incluirá também a palestra Programa Graphia - Projeto de Exportação do Setor Gráfico, no primeiro dia de realização. Para obter mais informações ou realizar inscrições online, acesse www.abtg.org.br ou entre em contato pelo telefone (11) 2797-6700 ou pelo e-mail sag@abtg.org.br. Este endereço de e-mail está protegido contra spambots. Você deve habilitar o JavaScript para

visualizá-lo. RV&A

Livros vão movimentar R\$ 7,2 bilhões em 2011

De acordo com estimativa divulgada pelo Ibope Inteligência em julho, os brasileiros deverão gastar R\$ 7,2 bilhões com livros em 2011. Como a metodologia de pesquisa foi alterada, não é possível comparar este número com o registrado de 2010. Mais da metade do mercado deve se concentrar na região Sudeste (57,9%) e em segundo lugar vem o Sul, com 15,4%. Nos estados do Sudeste, o consumo per capita deverá ser de R\$ 55,08 neste ano e, no Sul, este consumo deverá ser de R\$ 46,70. Somadas, as classes A e B possivelmente responderão por 73,12% dos gastos com livros. Tecnologia Digital

Taxa de cheques devolvidos é a maior desde 2009, indica Serasa

São Paulo - A proporção de cheques sem fundo, no primeiro semestre deste ano, é a maior desde 2009, com 1,93% de um total de 508,8 milhões de documentos compensados. Em igual período do ano passado, a taxa havia sido 1,87% e de 2009, 2,3%. Os dados são da pesquisa Indicador Serasa Experian de Cheques Sem Fundos. Em junho deste ano, o índice também ficou em 1,93%, resultado ligeiramente inferior ao de maio (2%), mas que supera o registrado em igual mês de 2010 (1,75%). Na análise dos economistas, esse aumento foi provocado pelo endurecimento do crédito mais apertado, com a expansão do endividamento do consumidor, a inflação reduzindo os rendimentos familiares, as altas taxas de juros, a elevação do IOF [Imposto sobre Operações Financeiras] e as restrições ao crédito. A maior elevação do percentual de cheques sem fundo no primeiro semestre foi constatada em Roraima (11,87%) e a menor taxa, em São Paulo (1,46%). Agência Brasil

Prévia da inflação oficial é a menor desde agosto de 2010

Rio de Janeiro - O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo-15 (IPCA-15) diminuiu para 0,10% em julho, ante a taxa de 0,23% registrada em junho. O indicador serve como prévia da inflação oficial do país, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Com o resultado divulgado hoje (20) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o IPCA-15 acumula no ano alta de 4,20%, acima dos 3,26% referentes a igual período de 2010. Em julho do ano passado, o índice registrou deflação de 0,09%. Segundo o IBGE, a taxa de julho do IPCA-15 é a menor desde agosto do ano passado (-0,05%). A maior contribuição para o resultado veio dos alimentos, cujos preços tiveram deflação de 0,39%, depois de uma alta de 0,11% no mês anterior. Entre os itens que ficaram mais baratos estão a cenoura (-11,96%), o tomate (-5,18%), as frutas (-5,16%), as hortaliças (-4,99%), a batata inglesa (-4,13%), o frango (-3,37%), as carnes (-1,50%) e o arroz (-1,29%). Isoladamente, a gasolina foi o item que teve o maior impacto negativo no mês, mesmo assim, a queda de 1,49% foi menos intensa em relação à de junho (3,43%). No comunicado, o IBGE explica que o resultado é consequência da reversão do comportamento de preços do etanol, que veio com alta de 1,79% em julho, após a forte queda de 16,53% do mês anterior. Aumentaram menos as despesas com habitação (de 0,72%, em junho, para 0,28%, em julho), os artigos de vestuário (de 1,28% para 0,15%) e os remédios (de 0,53% para 0,15%). Agência Brasil

Plano de carreira é fator primordial na hora de mudar de emprego

SÃO PAULO - Plano de carreira passou a ser o fator fundamental para os profissionais na hora de escolher o novo emprego, ultrapassando até mesmo o fator salarial. De acordo com pesquisa realizada com 15 mil profissionais durante o mês de junho pela Curriculum, 65% não consideram a remuneração financeira o fator mais importante numa vaga. Desses, 83% afirmaram que a oportunidade de crescimento na carreira é a principal questão na hora de avaliar um novo emprego.

Outros interesses

Em seguida, também foram apontados como elementos importantes a segurança e estabilidade (51,4%), benefícios (51,1%) e chances de aprendizado na área da profissão exercida (43,9%).

Dos entrevistados que citam o salário como fator chave, 68,5% deles também acreditam que oportunidade de crescimento na carreira é o segundo fator mais importante, seguido de benefícios (41,6%), segurança e estabilidade (32%) e as chances de aprendizado (25,5%).

Benefícios

A pesquisa mostrou que, para todos os entrevistados, os benefícios oferecidos pela empresa são muito importantes. Os benefícios mais valorizados, no entanto, foram: participação nos lucros (50,7%), plano médico, para aqueles que não possuem (46,3%), bônus mensal, semestral ou anual (33,1%) e vale refeição, com valor mais alto do que já recebem (21,3%). Os benefícios menos interessantes foram: parceria com estabelecimentos (7%), creche (6,4%), academia (5,3%) e estacionamento (2%).

Satisfação

A pesquisa ainda mostrou que 28,5% dos entrevistados não estão satisfeitos com seus empregos atuais. Outros 39% responderam que pensam em mudar de empresa. Infomoney

Governo estuda criar tributo para compensar desoneração de salários

A opção mais provável para a desoneração da folha de salários é a criação de nova contribuição previdenciária que incidirá sobre o faturamento das empresas, tal como já existe no setor da agroindústria com alíquota de 2,5%. A base dessa nova contribuição será semelhante à do Simples, o sistema de tributação das micro e pequenas empresas.

O novo tributo não terá a mesma base da Cofins ou do PIS, segundo o governo. O principal argumento é que ele incidirá sobre o faturamento das empresas que declaram pelo lucro real, enquanto a Cofins e o PIS incidem sobre o valor agregado. Só recaem sobre o faturamento, com alíquota menor, para as empresas que fazem a declaração pelo lucro presumido.

A alternativa mais provável para a desoneração da folha de salários é a criação de uma nova contribuição previdenciária, cuja alíquota incidirá sobre o faturamento das empresas, tal como existe hoje no setor da agroindústria com alíquota de 2,5%. A base dessa nova contribuição será semelhante à do Simples - o sistema de tributação das micro e pequenas empresas.

As receitas com as exportações estarão isentas da nova contribuição, como determina o inciso I do artigo 149 da Constituição. Essa imunidade foi instituída pela Emenda à Constituição 33, de 2001. A contribuição não incidirá, no entanto, sobre as importações de bens e serviços.

Além de dar maior competitividade aos produtos brasileiros no exterior, com a redução ou eliminação do custo do tributo, o governo espera melhorar a competitividade dos produtos brasileiro no mercado interno frente aos importados.

A proposta de criação desse novo tributo ainda não foi levada para a deliberação final da presidente Dilma Rousseff. Da mesma forma, o governo não decidiu se substituirá integralmente a contribuição patronal de 20% ao INSS ou se apenas uma parcela dela.

A hipótese mais viável é de que seja uma redução forma gradual para 14%. Duas coisas, no entanto, já estão fechadas: serão mantidas sobre a folha de salários o adicional do trabalho especial e a alíquota para custear os benefícios decorrentes do acidente do trabalho.

Ambas serão preservadas porque o governo entendeu que elas são questões individualizadas. Os trabalhadores do setor de mineração, por exemplo, se aposentam com menos tempo de contribuição ao INSS e, por isso, as empresas pagam um adicional para custear esse regime previdenciário especial. A alíquota para custear o seguro acidente de trabalho também é diferenciada por setor.

Estimativas preliminares feitas por alguns especialistas indicam que se o governo federal decidir substituir integralmente a alíquota patronal de 20% ao INSS, a nova contribuição previdenciária teria que ter uma alíquota em torno de 2,5% sobre o faturamento. No ano passado, a alíquota patronal ao INSS foi responsável por uma receita de R\$ 93 bilhões para a Previdência Social. Esse é o montante que a nova contribuição previdenciária teria que arrecadar, corrigido monetariamente.

O governo assumirá o compromisso público de que não tentará obter, com a nova contribuição, uma receita superior à que teria com o sistema anterior.

O novo tributo não terá a mesma base da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) ou da Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS), segundo o governo.

O principal argumento é que a nova contribuição incidirá sobre o faturamento das empresas que declaram pelo lucro real, enquanto a Cofins e o PIS incidem sobre o valor agregado. A Cofins e o PIS só incidem sobre o faturamento, com alíquota menor, para as empresas que declaram pelo lucro presumido. (Fonte: Valor Econômico)

Jorge Caetano Fermino